

É hora de definir filiação nacional

A partir de março, categoria debate se a Apufsc deve se vincular ao Proifes-Federação, ao Andes-SN ou se segue como entidade sem vinculação nacional

Apufsc Solidária dá a partida



PROJETOS

4

Diretoria do Sindicato visita Instituto Pe. Vilson Groh e acerta parceria para atuar na comunidade do Monte Serrat

JURÍDICO

6

TRF-4 decide em favor dos professores em processo da devolução da URP

REIVINDICAÇÕES

7

Apufsc apela ao Governador eleito pelo cumprimento da Constituição para garantir verbas para C&T

CONJUNTURA

2

Ministério Público Federal e Reitoria da UFSC se manifestam em defesa da liberdade de cátedra

MPF quer fim de ações arbitrárias contra professores

Procuradores dos Direitos do Cidadão instauraram procedimentos administrativos para acompanhar práticas que possam representar assédio moral ou outras formas de ação arbitrária contra professores. Procedimentos para coibir esse tipo de atuação foram abertos pelo Ministério Público Federal em quase todas as capitais.

A medida já resultou na expedição de recomendação a 24 instituições públicas de educação básica e superior com pedido para que se abstenham de qualquer atuação abusiva em relação a docentes.

A iniciativa integra uma ação coordenada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e conta com a colaboração de Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão, Núcleos de Apoio Operacional à PFDC, além de instituições parceiras como Ministérios Públicos Estaduais, Defensoria Pública da União, Defensorias Públicas dos estados e seccionais OAB.

O objetivo da ação é assegurar atuação unificada, a fim de garantir os princípios constitucionais e demais normas que regem a educação no Brasil, em especial quanto à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, bem como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Conforme detalha a procuradora federal Deborah Duprat, a tentativa de obstar a abordagem, a análise, a discussão ou o debate acerca de quaisquer concepções filosóficas, políticas, religiosas, ou mesmo ideológicas – desde que não configurem condutas ilícitas ou efetiva incitação ou apologia a práticas ilegais –, representa flagrante violação aos princípios e normas assegurados pela legislação brasileira.

Além de advertir para que não atuem de forma arbitrária junto a seus docentes, as recomendações expedidas pelo MPF pedem que essas instituições adotem as medidas cabíveis e necessárias para que não haja qualquer forma de assédio moral em face desses profissionais.

Em SC a Procuradoria encaminhou recomendação à UFSC e à UFFS, assim como ao IFSC e ao Instituto Federal Catarinense. Foi instaurado um inquérito civil para apurar suposta intimidação e assédio moral a professores por parte da deputada estadual eleita Ana Caroline Campagnolo. O MPF requer, também, que seja dada ampla divulgação à comunidade educacional no que diz respeito à recomendação e às medidas administrativas adotadas para o seu cumprimento, advertindo que a omissão pode implicar, inclusive, em ações judiciais cabíveis.

Fonte: MPF

Reitoria afirma que não vai admitir cerceamento ao trabalho dos docentes

A Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) enviou ofício à Apufsc-Sindical para informar o posicionamento da Administração Central da Universidade com relação à Liberdade de Cátedra. No documento, o reitor Ubaldo Balthazar informa que “estamos observando com muita preocupação quaisquer ameaças à Liberdade de Cátedra e ao pleno exercício das atividades de professoras e professores na nossa e nas demais instituições de ensino”.

O reitor afirma que a UFSC não vai admitir, “em nenhuma hipótese, restrições ou cerceamento ao trabalho docente em qualquer nível”. Ele também destaca que a Universidade deu ampla divulgação do documento do Ministério Público, enviado oficialmente à Reitoria. Neste documento o MP recomenda que as instituições “se abstenham de qualquer atuação ou sanção arbitrária em relação a professores, com fundamento que represente violação aos princípios constitucionais e demais normas que reagem a educação nacional, em especial quanto à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; ao pluralismo de ideias e de concepções ideológicas, adotando as medidas cabíveis e necessárias para que não haja qualquer forma de assédio moral em face desses profissionais, por parte de estudantes, familiares ou responsáveis”.

Por fim, a Reitoria se coloca à disposição do Sindicato, “caso sejam necessárias medidas pontuais a fim de garantir a realização das atividades docentes”.



Publicação mensal do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical)

ENTRE EM CONTATO

Endereço: Sede da Apufsc, Campus Universitário, CEP 88040-900, Florianópolis/ SC
(48) 3234-5216 | 3234-3187
www.apufsc.org.br
imprensa@apufsc.org.br

DIRETORIA GESTÃO 2018/2020

Presidente
Carlos Alberto Marques

Vice-Presidente
Patrícia Della Méa Plentz

Secretária Geral
Viviane Maria Heberle

1ª secretária
Edinice Mei Silva

Diretor Financeiro
Camilo Buss Araújo

Diretor Financeiro Adjunto
Flávio da Cruz

Diretor de Divulgação e Imprensa
Eduardo Meditsch

Diretor de Promoções Sociais, Culturais e Científicas
Santiago Francisco Yunes

Diretor de Assuntos de Aposentadoria
Romeu Bezerra

GRUPO ESPECIAL PARA ATIVIDADES SINDICAIS NOS CAMPI

Campus Araranguá
Bernardo Borges

Campus Curitiba
Mônica Santos

Campus Blumenau
Alaim Souza Neto

Campus Joinville
Luiz Fernando Calil

PRODUÇÃO

Jornalista Responsável
Clodoaldo Volpato (SC - 2028 JP)

Projeto Gráfico
Cristiane Cardoso (SC-634 JP)

Editoração Eletrônica
Bianca Enomura

Impressão Gráfica Rio Sul
Tiragem 4.500 exemplares
Distribuição gratuita e dirigida

2019 nos desafios

Diferente dos anos anteriores, o reces-
so escolar que começa em dezembro não
trará o mesmo alívio do stress de fim de
ano para a maior parte dos professores
da UFSC e da UFFS. As mudanças que
o novo governo federal anuncia trazem in-
certezas crescentes sobre o futuro da uni-
versidade pública, das nossas condições
de trabalho, da viabilidade da pesquisa,
da liberdade de cátedra, e também da re-
muneração, da carreira e da aposentado-
ria dos docentes.

Anuncia-se uma nova Reforma da Pre-
vidência que, como as anteriores (feitas
nos governos FHC e Lula), vem para cortar
direitos dos trabalhadores, especialmen-
te dos servidores públicos, sem tocar nos
verdadeiros privilegiados, que são os que
trabalham no Judiciário e no Legislativo.
Pagarão a conta os mais pobres e a maio-
ria da classe média. Pelo projeto encami-
nhado ao Congresso no governo Temer, a
reforma previdenciária deve atingir todos
os professores, inclusive os já aposenta-
dos (que teriam os descontos previdenci-
ários aumentados) e os que ingressaram
antes da última alteração, de 2003 (que
poderiam perder a aposentadoria integral).
A idade mínima e o tempo de contribuição
seriam aumentados para todos.

Sem reajuste em 2018 (houve apenas
uma etapa da reestruturação da carreira
acordada ainda no governo Dilma), a de-
fasagem salarial desde 2015 já se apro-
xima dos 10%, descontados os reajustes
recebidos em 2016 e 2017 (ICV/Dieese).
Esta defasagem vai aumentar mais ainda
se os salários do serviço público se man-
tiverem congelados em 2019, como tam-
bém já determinou o governo Temer em
Medida Provisória.

A esta perda, que atinge toda a cate-
goria, somam-se a outras que atingem já
parte dos docentes, a muitos de maneira

dramática. Parcela dos aposentados es-
tão sendo chamados a devolver a URP
(26,05%), mais os 3,17%, reposições
passadas que haviam sido conquistadas
judicialmente. Se considerada a absurda
contribuição para a seguridade social dos
aposentados (11%), e a defasagem do
custo de vida, teriam seus vencimentos
reduzidos já pela metade.

Enquanto isso, a remuneração dos
ministros do Supremo Tribunal Federal é
aumentada em mais de 16%, elevando o
teto salarial do serviço público e, com ele,
na cascata, o salário do juiz em início de
carreira, para cerca de 32 mil reais men-
sais, sem contar os adicionais que elevam
esta remuneração para muito além do teto
constitucional. Um juiz em início de carrei-
ra (o federal substituto), apenas graduado,
desta forma ganhará três ou quatro vezes
mais do que um professor com doutorado
no mesmo estágio da carreira, e pelo me-
nos 50% a mais do que ganha, no nosso
topo, um professor titular.

**“ A defesa de nossos
interesses coletivos e da
Universidade Pública deixou
de ser opção pessoal e
tornou-se necessidade vital ”**

A Emenda Constitucional do teto de
gastos e a implementação dos planos
já anunciados pelo novo governo vão
promover cortes dramáticos nas verbas
de investimento e manutenção das
universidades federais, que se somarão
às restrições orçamentárias já anunciadas
às agências nacionais de fomento –
Capes e CNPq. A situação pode ficar
insustentável especialmente nos novos
cursos e nos campi ainda em implantação.

As pesquisas em andamento, os projetos
futuros e toda a capacidade instalada da
ciência e da pós-graduação brasileira
correm o risco de sucumbir.

A Diretoria da Apufsc-Sindical está atu-
ando, e seguirá orientando sua atuação
ouvindo os professores e fortalecendo
nossas instâncias deliberativas. Já está
sendo encaminhada, pelo Conselho de
Representantes, a consulta à categoria
sobre nossa filiação nacional. Solicita-
mos ao governador eleito atenção com o
cumprimento da Constituição do Estado,
que garante 2% da arrecadação estadual
para o custeio de Ciência e Tecnologia.
Reivindicamos ao reitor da UFSC repre-
sentação sindical dos professores e dos
aposentados no Conselho Universitário,
e cobramos o atendimento das reivindi-
cações encaminhadas em outubro pelos
Departamentos.

A manutenção de nossos direitos e a
sustentação da Universidade Pública tam-
bém depende de uma articulação política
maior. Estamos em diálogo permanente
com as instituições que lutam pelas mes-
mas causas, estreitando a cooperação
com a Andifes, com os sindicatos docen-
tes de todo o país, com as entidades dos
demais segmentos da comunidade uni-
versitária e também da sociedade civil.

A apreensão da categoria não é exage-
rada, nem pode ser superada adequa-
mente com nossa passividade. A defesa
ativa de nossos interesses coletivos e da
Universidade Pública deixou de ser opção
pessoal de alguns, tornou-se necessidade
vital para todos que optaram por esta car-
reira e fizeram dela seu projeto de vida.
É preciso participar, trazer os novos cole-
gas que ainda não estão filiados e eleger
representantes nos departamentos que
ainda não o fizeram. 2019 será um ano de
lutas para os professores.

Apufsc Solidária encaminha ação conjunta com Instituto Pe. Vilson Groh

O projeto Apufsc Solidária, que tem como objetivo incentivar programas de extensão e de trabalho voluntário em instituições que atuam em comunidades carentes, começa a sair do papel. No dia cinco de novembro, diretores do Sindicato e representantes do Instituto Pe. Vilson Groh (IVG) estiveram reunidos para firmar parceira entre as duas entidades. A proposta de projeto que está sendo discutido visa o desenvolvimento do turismo, meio ambiente e geração de emprego e renda no Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis. A ideia é que a equipe para o desenvolvimento do projeto seja constituída por professores aposentado e da ativa da UFSC e organizado pela Apufsc-Sindical.

O público alvo deste primeiro projeto será a comunidade do Morro Monte Serrat, área de atuação do IVG. O objetivo é con-



A equipe do projeto será constituída por professores da ativa e aposentados

tribuir para a fixação de jovens na comunidade, conter a especulação imobiliária e auxiliar no desenvolvimento de cuidados com o meio ambiente, em temas como a manutenção de encostas, parques e planos de manejo, além de contribuir com iniciativas sociais e tecnológicas para a geração de

emprego e renda. Entre os eixos de atividades que deverão ser desenvolvidos na comunidade, estão: criação de hortas comunitárias e feiras de produtos; revitalização do Morro da Caixa D'Água; festival de gastronomia e culinária; desenvolvimento e comercialização de artesanato, entre outros.

O papel da Apufsc será o de elaborar esboço do projeto e submeter para avaliação do IVG, como também promover encontro de docentes interessados na parceria. O Sindicato também vai estabelecer um planejamento para implementação do projeto, além de buscar parcerias financeiras.

Esse é o primeiro esboço do projeto, que foi elaborado pela Diretoria da Apufsc e enviado ao IVG para análise e complementos. Representantes das duas entidades vão reunir-se em breve para finalizar a proposta e fazer o chamamento dos professores que pretendem participar.

O Sindicato vai se comunicar melhor com você em 2019

A Diretoria da Apufsc-Sindical quer se comunicar melhor com os seus filiados, com toda a comunidade universitária e também com a sociedade, e para isso prepara um novo Projeto de Comunicação Estratégica. O projeto está sendo elaborado em parceria com vários laboratórios da UFSC e entra em prática no início do ano. O Boletim que você está lendo é o último que circula no atual formato. O site na internet, a newsletter e o uso das redes sociais também serão aperfeiçoados, a partir de pesquisas que estão sendo realizadas com os usuários.

Um levantamento censitário sobre quem são os professores da UFSC, como vivem, como trabalham e como se comunicam será iniciada em breve sob a coordenação do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO-UFSC) do CFH, que já realizou pesquisas semelhantes em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas e com a Associação dos Funcionários do Banco do Brasil. A primeira etapa será realizada através de questionário online, e é muito importante a participação de todos os professores no processo.

Paralelamente, o Laboratório de Orientação da Gênese Organizacional (LOGO/UFSC),

do CCE, trabalha na redefinição da identidade do Sindicato. O objetivo é reformular e dinamizar as ferramentas de comunicação, além de trabalhar numa nova identidade visual da Entidade. O LOGO se embasa em uma metodologia cocriativa, a TXM Branding, na qual consumidores, gestores, stakeholders e todos aqueles envolvidos, direta ou indiretamente, com a marca são convidados a participar.

Os Laboratórios de Telejornalismo e Rádiojornalismo do Departamento de Jornalismo da UFSC também estão firmando parcerias com a Apufsc que viabilizarão a produção de vídeos e programação de rádio e TV em 2019.

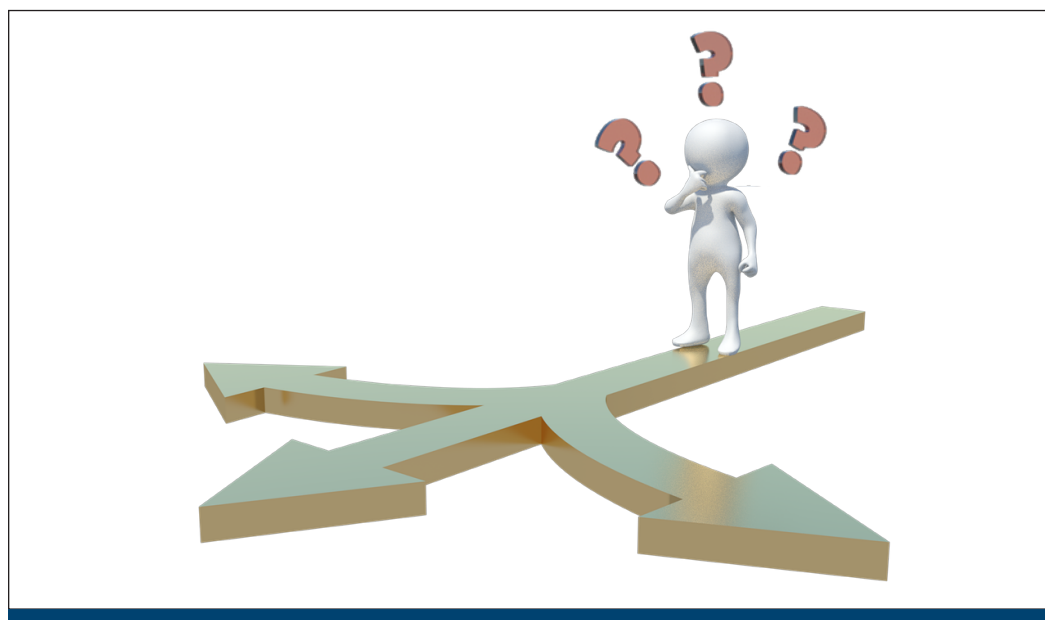
Conselho de Representantes aprova cronograma de debate sobre filiação a entidades nacionais

Na reunião do Conselho de Representantes realizada no dia 31 de outubro, o principal ponto de discussão e de deliberação foi sobre o início de discussões sobre eventual filiação nacional sindical da Apufsc. Os conselheiros analisaram basicamente duas propostas. A primeira era para que a categoria começasse a discutir esse tema em março de 2019 e, a segunda, era para que esse assunto nem fosse discutido pelos professores sindicalizados. Por ampla maioria, venceu a primeira proposta.

Em seguida, foi aprovada uma série de encaminhamentos. Foi aprovado que o Sindicato disponibilize seus meios de comunicação para promover o debate. A decisão é que sejam produzidos três boletins especiais impressos, um a cada quinze dias, com espaços iguais para todas as posições. O objetivo é dar oportunidade para que todos os professores que tenham interesse se manifestem. Os outros meios de comunicação da Apufsc (como site, newsletter, etc) também serão disponibilizados para o debate. As duas entidades que hoje têm representado nacionalmente os professores das instituições federais de ensino superior, Andes-SN e Proifes-Federação, serão convidadas a apresentar informações relativas a suas formas de organização e decisão, assim como a sua estrutura atual, entidades sindicais filiadas e como propõem ter relação com um sindicato autônomo como é a Apufsc-Sindical. Foi deliberado que esse processo de discussão seja concluído em 45 dias, com início previsto para março de 2019.

Também foi aprovada a criação de um Grupo de Trabalho para resgatar estudos anteriores sobre a matéria, especialmente para oferecer à categoria informações técnicas sobre entidades sindicais nacionais. O GT será formado pelos professores Wilson Erbs (ex-presidente da Apufsc), Luiz Gonzaga de Souza Fonseca (Representante dos Aposentados) e Douglas Francisco Kovalski (representante do Departamento de Saúde Pública).

O presidente da Apufsc, professor



Professores filiados vão decidir os caminhos da Apufsc-Sindical

Bebeto Marques, ao apresentar a proposta de deliberação sobre um cronograma e processo de discussão e de definição quanto à representação nacional, lembrou que isso é condizente com o que a chapa defendeu na campanha eleitoral que elegeu a nova Diretoria. E por isso o ponto de pauta foi levado ao CR para apreciação. Segundo ele, serão os professores que irão definir, em Assembleia Geral, os rumos do Sindicato. “A princípio serão colocadas três alternativas para o debate: ligar-se/filiar-se a uma das duas entidades sindicais nacionais - Proifes e Andes-SN- ou continuar como atualmente estamos, sem representação nacional. Mas nada impede que outras alternativas sejam colocadas na discussão”. O presidente salientou ainda que também a forma de relação/filiação necessita ser discutida e definida pela categoria, “recordando que somos um sindicato autônomo de base estatual de uma categoria que é nacional”.

Na reunião do CR, foram apresentados os novos diretores, que assumiram o Sindicato no dia 16 de outubro. Inicialmente o presidente da Apufsc destacou a importância do CR, agradecendo o compromisso dos atuais membros e fazendo um apelo que ajudem a fazer que mais departamentos participem do CR, elegendo representantes.

Também outros temas foram tratados e

aprovados. Foi criado um GT para analisar melhor os planos de saúde oferecidos pela Agemed. O Grupo será formado pelos professores Ronaldo Salum (representante dos aposentados) e Romeu Bezerra (diretor de Assuntos de Aposentadoria), pelo funcionário da Apufsc, Henrique Machado e por representante da Agemed. O objetivo é fazer um levantamento sobre as vantagens e desvantagem de cada um dos planos oferecidos atualmente pela entidade.

Também foi deliberado que os professores Salum e Bezerra se reunirão com os advogados do Sindicato para fazer um levantamento dos processos que envolvem a URP.

O professor Luiz Gonzaga solicitou que seja feita uma síntese da evolução dos direitos dos professores aposentados e pensionistas. Esse documento deverá ser disponibilizado no site da Apufsc para consulta.

Ainda no encontro, foi deliberado que a Apufsc solicite ao reitor que uma das vagas de representação externa da UFSC no Conselho Universitário seja preenchida por um professor aposentado, além de uma vaga para a Apufsc como de representação sindical dos professores da UFSC. Além disso, foi solicitado que a Diretoria defenda junto à Reitoria a disponibilidade de horas locadas para professores que atuam como diretores da Apufsc.

Diretoria informa sobre o andamento da ação da URP e encaminhamentos

A Diretoria da Apufsc-Sindical informa aos professores que entraram com ação contra o ato administrativo para devolução da URP, paga entre 2001 e 2007, que os juízes estão emitindo decisões acerca do julgamento desta ação.

Alguns professores estão tendo ganhos parciais, outros não (ou seja, a ação está sendo negada). Diante disso, cada professor deverá decidir individualmente se irá recorrer ou não da sentença. Caso a decisão seja a de recorrer, é importante lembrar que existem custas recursais que deverão ser pagas pelo próprio professor, conforme decisão da Reunião Ampliada realizada em 14 de março de 2018 e substanciada

no Termo de Responsabilidade já assinado por cada professor(a) no início da ação, cabendo a Apufsc arcar financeiramente com as custas iniciais - o que já o fez.

Devido a essa nova situação, provocada pelas sentenças judiciais, cada professor(a) receberá um comunicado do escritório Pita Machado Advogados para que o(a) professor(a) tome a decisão se irá recorrer ou não, além do valor das custas recursais, caso opte por assim proceder.

A nota abaixo, desse mesmo escritório advocatício, historiciza e informa sobre as questões relacionadas a este assunto.

Diretoria da Apufsc Sindical

Decisões contraditórias sobre a devolução da URP colocam o departamento jurídico em estado de alerta

As ações individuais contra a devolução da URP paga entre 2001 e 2007 vinham tendo êxito completo no primeiro grau. A tutela de urgência foi concedida em 100% dos processos ajuizados, beneficiando cerca de 1.300 professores.

Um primeiro contratempo surgiu quando um dos juízes federais de Florianópolis passou a aceitar a impugnação à justiça gratuita feita pela Universidade, o que obrigou a Apufsc a adiantar as custas iniciais de vários processos. Agora, 2 dos 5 juízes encarregados de julgar esses processos passaram a entender que a decisão desfavorável do mandado de segurança coletivo manejado pelo Andes – Sindicato Nacional, em Brasília, tem força de “coisa julgada” e impede a discussão da obrigação de restituir os valores recebidos naquele período, mesmo que por ação individual. Os demais juízes continuam entendendo que a ação individual não sofre os efeitos da coisa julgada da ação coletiva.

Essa mudança de entendimento, porém, acende um sinal de alerta e passa a exigir esforço redobrado da assessoria jurídica da Apufsc. Além do reforço de argumentação em cada processo ainda não julgado, recursos com novos fundamentos específicos es-

tão sendo interpostos nos processos em que já foram proferidas sentenças.

O advogado Fabrizio Rizzon, coordenador da unidade Pita Machado Advogados de Florianópolis manifesta confiança em reverter essas decisões. “Já se passaram duas décadas desde o pagamento. O recebimento foi de boa fé e as verbas tinham natureza alimentar. Por isso o Judiciário entende que se o servidor não contribuiu para receber o que não lhe é devido, não há dever de restituição”. Rizzon também é enfático ao afirmar que a coisa julgada da ação coletiva só atinge os substituídos processuais quando os beneficia. A regra é a de que a ação coletiva não induz litispendência e não faz coisa julgada relativamente à ação individual, afirma ele.

Por outro lado, naqueles processos em que houve a cassação da assistência judiciária gratuita, em caso de sentença improcedente, os professores passarão a ser chamados a pagar as custas recursais, conforme o Termo de Responsabilidade para ajuizamento que cada um assinou. As custas recursais de 2ª Grau têm valor individual equivalente a 0,5% do valor cobrado pela Universidade a título de URP.

Fonte: Pita Machado Advogados, com informações da JFSC

Primeira apelação da URP no TRF/4 dá vitória unânime para os professores

A URP recebida entre julho de 2001 e dezembro de 2007 não deve ser devolvida. A decisão foi tomada no dia 27 de novembro, no julgamento da primeira apelação dos mais de 400 processos ajuizados pela assessoria jurídica da Apufsc. Até agora, apenas agravos (decisões provisórias) haviam sido apreciados. Este é o primeiro acórdão que julga o mérito da matéria. A decisão da 3ª Turma do TRF4 foi unânime.

Conforme a relatora, Desembargadora Federal Vania Hack de Almeida, não importa se os valores foram pagos em razão de decisão administrativa ou judicial. Mesmo que tenham sido recebidos por força de decisão judicial, a cobrança é indevida, pois o recebimento foi de boa fé, amparado em decisões judiciais. Esse fato cria, para quem recebeu, a confiança na legalidade do procedimento. E o caráter alimentar dos vencimentos desautoriza a reposição, 20 anos depois.

Para o advogado Pedro Pita Machado, que realizou sustentação oral em nome dos professores, a decisão é um marco importante na luta pela não devolução da URP. “O fato de dois juízes locais terem revisto sua posição e passado a julgar a favor da Universidade preocupava. Mas essa primeira decisão de mérito do Tribunal nos dá segurança sobre a estratégia adotada. Ao contrário de alguns juízes locais, a nova argumentação da UFSC não impactou o TRF”, comemora.

Orientações do Departamento Jurídico sobre o processo administrativo dos 3,17%

A Diretoria da Apufsc-Sindical informa que o Departamento Jurídico do Sindicato vai tomar todas as medidas para defender os professores do processo administrativo da UFSC, referente à reposição de valores pagos a título de URV 3,17% judicial. Os docentes que forem notificados pelo Departamento de Administração de Pessoal da Universidade devem procurar os advogados da Apufsc e levar, além do documento com a notificação da UFSC, RG, CPF e comprovante de residência.

Na notificação que está sendo enviada aos professores, a UFSC informa que a “reposição decorre de determinação constante em acórdão(s) do Tribunal de Contas da União (TCU), a qual considerou indevido o pagamento dessas parcelas”.

Mais informações com os advogados da Apufsc pelo telefone (48) 3234-2844.

Sindicato apela ao governador eleito por garantia de verbas para Ciência e Tecnologia em 2019

O presidente da Apufsc enviou carta ao governador eleito, Carlos Moisés da Silva, apelando pelo cumprimento, já em 2019, do artigo 193 da Constituição de Santa Catarina que prevê a destinação de 2% da arrecadação estadual para investimento em Ciência e Tecnologia. A carta foi encaminhada por intermédio do Coordenador da Equipe de Transição de Governo, professor Luiz Felipe Ferreira, que esteve na sede da Apufsc, a convite da entidade, na tarde desta quarta-feira, dia 21 de novembro.

Na carta, o presidente da Apufsc cumprimenta o futuro governador por sua eleição, manifesta satisfação pela questão da Ciência & Tecnologia estar destacada em seu plano de governo, mas alerta para o fato do Artigo 193 da Constituição do Estado não ter sido cumprido pela gestão atual do Estado nem pelas que a antecederam. Em consequência, embora Santa Catarina seja um estado privilegiado em termos de pessoal altamente qualificado para a pesquisa científica e tecnológica, o estado está perdendo competitividade em relação a seus vizinhos e a outras unidades da Federação.

O presidente Bebeto Marques registrou que apenas na base de atuação da Apufsc-Sindical – a UFSC e a UFFS – atuam cerca de três mil professores doutores, realizando pesquisas de ponta em todas as áreas de conhecimento. No entanto, sem financiamento adequado para a pesquisa que desenvolve, esta imensa massa crítica estará de mãos atadas para contribuir para a ciência e para o desenvolvimento econômico, social e cultural de nosso estado.

O Coordenador da Equipe de Transição do Governo, ao receber a carta encaminhada ao governador eleito, garantiu que “a demanda está anotada” e que será encaminhada às pessoas que tratam do tema na Equipe de Transição. O professor Luiz Felipe Ferreira destacou também a comple-



Documento foi entregue ao Coordenador da Equipe de Transição

xidade da tarefa de preparação da futura gestão do Estado, cuja coordenação lhe foi confiada pelo futuro governador, e a participação de três professores da UFSC em sua equipe – além dele próprio, a professora Iara Costa Leite e o professor Marcelo Handchen Dutra.

Apufsc pede representação no CUn para Sindicato e Aposentados

A Apufsc solicitou à Administração Central da UFSC que o Sindicato dos Professores seja tratado da mesma forma que o Sintufsc e o DCE no Estatuto e no Regimento da UFSC, fazendo jus a uma vaga de representação na composição do Conselho Universitário (CUn). O assunto foi tratado com o reitor Ubaldo Balthazar em audiência realizada no dia 23 de novembro. O presidente da Apufsc também sugeriu que uma das vagas de representantes da comunidade externa no CUn seja preenchida por professor aposentado.

A Diretoria do Sindicato decidiu fazer o pedido porque está em discussão no Conselho Universitário proposta relativa à modificação do Regimento e do Estatuto da UFSC, que tem entre os objetivos

aumentar a representação estudantil e da comunidade externa nos órgãos colegiados da Universidade. Em resposta ao pedido, o reitor propôs que as demandas da Apufsc sejam encaminhadas diretamente ao relator do processo.

Outra reivindicação do Sindicato foi o reconhecimento do tempo que os diretores dedicam ao Sindicato nos Planos de Atividades de seus Departamentos (PADs) como atividades de extensão. O presidente Bebeto Marques argumentou que a grande carga de atividades didáticas, de pesquisa, orientação, extensão e administração exercida pelos professores não permite que se dediquem adequadamente ao Sindicato, que está recebendo demandas crescentes. O reitor se comprometeu a analisar a legis-

lação pertinente, mas disse acreditar que isso seja possível.

Ainda na reunião, foram abordados os problemas vivenciados pelas universidades federais. O reitor mostrou-se preocupado com os cortes no orçamento das instituições e com as ameaças contra professores. “Em 41 anos de universidade, nunca vivemos um momento como esse, com ameaças ideológicas e de pensamento”, destacou ele. O presidente da Apufsc elogiou a postura da Reitoria ao se pronunciar sobre a liberdade de cátedra, em comunicado oficial divulgado no início de novembro, e salientou que o Sindicato dos Professores e a Reitoria, cada um exercendo a sua função, têm objetivos comuns na defesa da universidade pública.

Mais razões para ser filiado à Apufsc-Sindical

Unidos ao Sindicato, os professores têm força política para a defesa dos interesses coletivos da categoria e vários outros benefícios no dia a dia



A carteirinha é a identificação para ter acesso aos convênios

União pelos interesses coletivos

A Apufsc-Sindical é o Sindicato legítimo dos professores das universidades federais de Santa Catarina, reconhecido legalmente, e precisa ser fortalecido na representação dos interesses coletivos dos professores.

As incertezas vividas neste momento pelos docentes exigem união e firmeza da categoria para garantir nossos direitos trabalhistas duramente conquistados ao longo da história, assim como nossas condições de trabalho, nossa liberdade acadêmica, a defesa da ciência e da universidade pública.

Proteção legal

Como sindicato da categoria reconhecido legalmente, a Apufsc-Sindical é também a única entidade que pode nos representar coletivamente na Justiça. Barrar a perda de direitos já conquistados e buscar condições trabalhistas mais favoráveis dependem desta retaguarda jurídica.

A Apufsc-Sindical também planeja ampliar seu Departamento Jurídico, de forma a estender o atendimento individual nas áreas administrativa, trabalhista, sindical, civil, tributária e previdenciária, com descontos de honorários para os associados, expandindo este atendimento também aos campi do interior.

Convênios

Desde a posse da nova Diretoria em outubro, mais de 50 novos convênios foram firmados com escolas privadas, creches,

academias, restaurantes e lanchonetes nos campi e seu entorno, além de lojas e prestadores de serviços. Somando-se aos que anteriormente já funcionavam, os novos convênios beneficiam os professores filiados e suas famílias com descontos significativos nos preços praticados pelos estabelecimentos conveniados.

Toda a equipe do Sindicato está trabalhando para

ampliar essa rede de parcerias para oferecer mais benefícios para os docentes filiados, e o número de convênios deve ultrapassar os 200 até o final do ano, o que contribui para atenuar o custo de vida dos professores.

No site da Apufsc-Sindical (www.apufsc.org.br) está disponível a lista de conveniados em Florianópolis, Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville.

Todos os convênios oferecem descontos para os docentes sindicalizados que apresentarem a carteirinha da Apufsc. O documento é confeccionado na hora, nas sedes do Sindicato em Florianópolis e encomendados nas sedes dos demais campi. Para sugerir novos convênios de seu interesse ou tirar dúvidas, o filiado deve em contato pelo telefone (48) 3234-5216 ou pelo e-mail convenios@apufsc.org.br.

Planos de saúde

Os professores filiados à Apufsc têm opções de planos de saúde diferenciados da Unimed e da Agemed, que oferecem alternativas de cobertura nem sempre atendidas pelo Plano Unimed da UFSC, seja na possibilidade de incluir dependentes, seja nas opções de custo/benefício das coberturas. Os planos mais favoráveis dependem da situação pessoal e da escolha de cada docente. As alternativas oferecidas pela Apufsc aos seus filiados em planos de saúde podem ser consultadas nas sedes do Sindicato.

Uso das Sedes

Além da programação social, cultural e assistencial que a Apufsc-Sindical tradicionalmente promove e está sendo incrementada pela nova Diretoria, esta também decidiu incentivar um maior uso de suas sedes pelos filiados (nos campi e no Edifício Max e Flora, em Florianópolis).

Tradicionalmente as sedes têm sido utilizadas como local de encontro, conversa, leitura de jornais e pausas para café, principalmente pelos professores aposentados e pelos que trabalham próximo a elas.

A ideia é de que também sejam usadas em confraternizações entre docentes (como as de fim de ano), reuniões e eventos promovidos pelos filiados. O uso das sedes pode ser agendado pelos filiados entrando em contato com seus funcionários.

AQUI TEM CONVÊNIO

Apufsc-Sindical

Professor filiado tem benefício

Dúvidas: (48) 3234-5216 | convenios@apufsc.org.br

O adesivo identifica os estabelecimentos que oferecem benefícios aos professores filiados